

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.447.650	1.426.586
1.01	Ativo Circulante	228.880	186.446
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.560	118.893
1.01.03	Contas a Receber	61.035	58.386
1.01.03.01	Clientes	61.035	58.386
1.01.03.01.01	Contas a Receber	59.555	56.907
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.480	1.479
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.931	2.413
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.029	3.174
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.325	3.580
1.01.08.03	Outros	4.325	3.580
1.01.08.03.01	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.02	Outros Créditos	328	262
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	700	21
1.02	Ativo Não Circulante	1.218.770	1.240.140
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	246.269	220.042
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	203.284	184.498
1.02.01.07.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	203.284	184.498
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.560	1.399
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.560	1.399
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	41.425	34.145
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais e Outros	1.328	1.437
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	20	0
1.02.01.09.05	Outros Créditos	50	50
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	40.027	32.658
1.02.03	Imobilizado	47.907	55.921
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	42.657	46.885
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.250	9.036
1.02.04	Intangível	924.594	964.177
1.02.04.01	Intangíveis	924.594	964.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.447.650	1.426.586
2.01	Passivo Circulante	309.289	487.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.908	9.122
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.253	1.118
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.655	8.004
2.01.02	Fornecedores	18.968	16.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.904	16.877
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	64	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.472	55.884
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.652	51.028
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	47.419	46.684
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.233	4.344
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.820	4.856
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.820	4.856
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	124.913	291.635
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	101.801	104.806
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	68
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	101.801	104.738
2.01.04.02	Debêntures	23.112	186.829
2.01.05	Outras Obrigações	45.000	57.469
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.809	3.773
2.01.05.02	Outros	40.191	53.696
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.349	1.329
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	7.501	6.066
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	31.341	46.301
2.01.06	Provisões	53.028	56.212
2.01.06.02	Outras Provisões	53.028	56.212
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	53.028	56.212
2.02	Passivo Não Circulante	717.669	702.929
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	597.518	586.266
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	144.018	148.092
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	144.018	148.092
2.02.01.02	Debêntures	453.500	438.174
2.02.02	Outras Obrigações	71.165	64.676
2.02.02.02	Outros	71.165	64.676
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	1.724
2.02.02.02.05	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	31.352	23.256
2.02.02.02.06	Mutuos - Partes Relacionadas	39.813	39.622
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	0	74
2.02.03	Tributos Diferidos	40.956	37.667
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.956	37.667
2.02.04	Provisões	8.030	14.320
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.030	7.090
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	8.030	7.090
2.02.04.02	Outras Provisões	0	7.230
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	0	7.230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03	Patrimônio Líquido	420.692	236.348
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	28.043	93.943
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	250.244	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	261.628	774.009	245.053	708.613
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-89.623	-297.375	-91.077	-267.145
3.02.01	Custo de Construção	-7.339	-47.047	-8.588	-36.244
3.02.02	Provisão de Manutenção	-4.034	-13.501	-6.352	-18.085
3.02.03	Depreciação e Amortização	-35.655	-103.817	-31.270	-91.245
3.02.04	Custo de Outorga	-15.396	-45.523	-15.095	-43.779
3.02.05	Serviços	-12.630	-44.227	-16.388	-37.798
3.02.06	Custo com Pessoal	-10.100	-30.146	-9.349	-27.877
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.249	-7.243	-2.145	-6.417
3.02.08	Outros	-2.220	-5.871	-1.890	-5.700
3.03	Resultado Bruto	172.005	476.634	153.976	441.468
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.219	-45.224	-15.509	-42.432
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.530	-44.624	-15.848	-43.591
3.04.02.01	Serviços	-7.056	-20.625	-6.765	-19.522
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-492	-1.628	-745	-2.246
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.186	-13.290	-3.713	-10.969
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-154	-562	-144	-499
3.04.02.05	Outros	-2.642	-8.519	-4.481	-10.355
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	324	1.032	396	1.276
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13	-1.632	-57	-117
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	157.786	431.410	138.467	399.036
3.06	Resultado Financeiro	-13.055	-53.220	-25.217	-88.186
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	144.731	378.190	113.250	310.850
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-49.112	-127.946	-38.439	-105.178
3.08.01	Corrente	-50.511	-124.657	-20.848	-111.707
3.08.02	Diferido	1.399	-3.289	-17.591	6.529
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	95.619	250.244	74.811	205.672
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	95.619	250.244	74.811	205.672

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00652	0,01705	0,00510	0,01402
3.99.01.02	PN	0,00717	0,01876	0,00561	0,01542
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00652	0,01705	0,00510	0,01402
3.99.02.02	PN	0,00717	0,01876	0,00561	0,01542

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	95.619	250.244	74.811	205.672
4.03	Resultado Abrangente do Período	95.619	250.244	74.811	205.672

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	391.010	358.149
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	442.185	414.053
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	250.244	205.672
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.289	-6.529
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	2.473	2.473
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	92.849	81.625
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	12.596	11.866
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado	1.632	119
6.01.01.07	Variação Cambial s/Empréstimos, Financiamento	-5.822	-54.505
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures e Financiamentos	44.102	64.482
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-5.506	-6.907
6.01.01.14	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14	-42
6.01.01.15	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	2.773	4.353
6.01.01.16	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	13.501	18.085
6.01.01.17	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	3.388	4.164
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	-3	0
6.01.01.19	Resultado de Operações com Derivativos	23.362	84.917
6.01.01.20	Juros e Variação Monetária com Partes Relacionadas	3.321	4.280
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.175	-55.904
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-2.634	-54.561
6.01.02.02	Partes relacionadas - Ativo	-162	54.922
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-5.538	-13.452
6.01.02.04	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	-21.259	1.370
6.01.02.05	Outras Despesas Antecipadas	2.188	-18.438
6.01.02.07	Fornecedores	1.984	-5.880
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	306	1.464
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.786	576
6.01.02.10	Imp. e Contr. a Recolher e Parcelados e Provisão para IR e CS	122.386	137.877
6.01.02.11	Pagamento de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-1.833	-1.090
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	20	-28
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-27.303	-10.439
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	1.361	1.651
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-121.798	-149.876
6.01.02.17	Adiantamento a Fornecedores	-679	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-53.974	-41.139
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-4.204	-5.015
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-49.770	-36.124
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-301.369	-334.091
6.03.01	Resgates/Aplicações (com reserva)	0	-5
6.03.02	Cessão onerosa - pagamento de juros	-2.400	0
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-30.262	-32.521
6.03.04	Financiamentos e Debêntures - Captações	0	184.000
6.03.05	Financiamentos e Debêntures - custo de transação incorrido	-101	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.03.06	Financiamentos e Debêntures - Pagamentos Principal	-175.298	-219.443
6.03.07	Financiamentos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-25.684	-56.958
6.03.09	Mútuos com partes relacionadas - Pagamentos	0	-2.801
6.03.10	Dividendos pagos a acionistas controladores	-65.900	-206.363
6.03.13	AFAC - Partes Relacionadas	-1.724	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.667	-17.081
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	118.893	59.161
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.560	42.080

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-65.900	0	0	-65.900
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.900	0	0	-65.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.244	0	250.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.244	0	250.244
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	28.043	250.244	0	420.692

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.672	0	205.672
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.672	0	205.672
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	205.672	0	376.065

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	843.129	778.799
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	837.623	771.892
7.01.02	Outras Receitas	5.506	6.907
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.122	-132.421
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-55.587	-47.855
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.987	-30.237
7.02.04	Outros	-60.548	-54.329
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-13.501	-18.085
7.02.04.02	Custo de Construção	-47.047	-36.244
7.03	Valor Adicionado Bruto	696.007	646.378
7.04	Retenções	-105.445	-93.491
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.445	-93.491
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	590.562	552.887
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.054	120.839
7.06.02	Receitas Financeiras	65.054	120.839
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	655.616	673.726
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	655.616	673.726
7.08.01	Pessoal	38.932	34.561
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.564	23.410
7.08.01.02	Benefícios	9.394	9.245
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.334	1.278
7.08.01.04	Outros	640	628
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	197.400	174.462
7.08.02.01	Federais	161.775	137.518
7.08.02.02	Estaduais	159	140
7.08.02.03	Municipais	35.466	36.804
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	169.040	259.031
7.08.03.01	Juros	122.602	214.351
7.08.03.02	Aluguéis	915	901
7.08.03.03	Outras	45.523	43.779
7.08.03.03.01	Outorga	45.523	43.779
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	250.244	205.672
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	250.244	205.672

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários sobre o desempenho – julho a setembro 2017

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T16.

Principais destaques

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 254,3 milhões (+7,5%);
- O lucro líquido atingiu R\$ 95,6 milhões (+27,8%);
- O EBIT atingiu R\$ 157,7 milhões (+14,0%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 198,7 milhões (+11,9%).

Indicadores [R\$ MM]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	254,3	236,5	7,5%
EBIT	157,8	138,4	14,0%
Margem EBIT Ajustada	62,1%	58,5%	3,6 p.p
EBITDA Ajustado	198,7	177,6	11,9%
Margem EBITDA Ajustada	78,1%	75,1%	3,0 p.p
Lucro Líquido	95,6	74,8	27,8%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	3ºT17	3ºT16	Var. %
Veículos Equivalentes	31.349.459	30.189.559	3,8%
Veículos Leves (Eq)	17.833.941	17.444.793	2,2%
Veículos Pesados (Eq)	13.515.518	12.744.766	6,0%

1 – Veq¹ - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego consolidado (+3,8%)

O Tráfego consolidado do 3T17 registrou crescimento de 3,8% em relação ao 3T16, com efeito calendário de 0,4% sobre o ano anterior, influenciado pela mobilidade do feriado do Dia da Independência.

Veículos de passeio (+2,2%)

O 3T17 teve crescimento de 2,2% sobre o mesmo período do ano anterior, com efeito calendário de 0,6%. No 3T17 o destaque foi a movimentação de longa distância, visto que o tráfego pendular da região metropolitana de São Paulo registrou apenas um leve crescimento na comparação com 2016.

Comentário do Desempenho

Veículos comerciais (+6,0%)

A movimentação de veículos comerciais no 3T17 registrou crescimento de 6,0% comparada ao 3T16, com efeito calendário de 0,3%. O crescimento deve-se à base do 3T16, que registrou a menor movimentação desde 2010.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Receita de pedágio	273.003	255.127	7,0%
Receitas acessórias	3.807	3.633	4,8%
Receita bruta operacional	276.810	258.760	7,0%

Receita bruta de construção [R\$ mil]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Total	7.339	8.588	-14,5%

Receita de construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas foram: Rodovia Raposo Tavares – SP 270, duplicação km 63+000 ao km 67+000. Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280, intervenções referentes a recuperação do pavimento flexível.

Receita líquida operacional

A Receita líquida operacional do 3T17 teve um crescimento de 7,5% em relação ao 3T16, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário ocorrido em 01 de julho de 2017.

A Receita líquida operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita operacional bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a receita de pedágio.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Custo de Construção	7.339	8.588	-14,5%
Provisão de Manutenção	4.034	6.352	-36,5%
Depreciação e Amortização	36.147	32.015	12,9%
Custos da Outorga	15.396	15.095	2,0%
Serviços de Terceiros	19.686	23.153	-15,0%
Custo com pessoal	14.286	13.062	9,4%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.403	2.289	5,0%
Outros	4.862	6.032	-19,4%
Custos e Despesas	104.153	106.586	-2,3%

O custo total da concessionária foi reduzido em R\$ 2.433 milhões no 3T17, quando comparado ao mesmo período de 2016. As principais alterações estão mencionadas a seguir:

Custo de construção: A redução de 14,5% no 3T17, comparado com o 3T16, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares, realizados conforme cronograma contratual.

Provisão de manutenção: Neste trimestre houve uma redução de 36,5%, em comparação com o 3T16, cujo motivo, está associado à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e amortização: Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da outorga: Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de terceiros: No 3T17 houve uma redução de 15,0% em relação ao 3T16, principalmente com custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraços, conservação de obras de arte especiais pontes, viadutos e túneis e obras de arte correntes (drenagem).

Custos com pessoal: No 3T17 houve um aumento de R\$ 1.224 mil em relação ao mesmo período de 2016, em função do dissídio ocorrido em abril/2017.

Materiais, equipamentos, veículos e outros: Houve aumento de 5,0% nos custos do 3T17 em relação ao 3T16, impactados principalmente pelo aumento nos gastos com materiais para manutenção e conservação.

Comentário do Desempenho**EBITDA**

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Lucro Líquido	95,6	74,8	27,8%
(+) IR/CS	49,1	38,4	27,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	13,1	25,2	-48,0%
(+) Depreciação e Amortização	36,1	32,0	12,8%
EBITDA (a)	193,9	170,4	13,8%
Margem EBITDA (a)	74,1%	69,5%	4,6 p.p
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	4,0	6,4	-37,5%
EBITDA Ajustado	198,7	177,6	11,9%
Margem EBITDA Ajustada (d)	78,1%	75,1%	3,0 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Lucro Líquido	95,6	74,8	27,8%
(+) IR/CS	49,1	38,4	27,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	13,1	25,2	-48,0%
EBIT (a)	157,8	138,4	14,0%
Margem EBIT (a)	60,3%	56,5%	3,8 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	62,1%	58,5%	3,6 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Despesas Financeiras	(39,5)	(40,1)	-1,5%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(38,2)	(38,1)	0,3%
Taxas, Comissões e Outros	(0,5)	(0,5)	0,0%
Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manut.	(0,8)	(1,5)	-46,7%
Receitas Financeiras	26,4	14,9	77,2%
Rendimento sobre aplicações Financ	2,1	1,4	50,0%
Outras receitas financeiras	24,3	13,5	80,0%
Resultado Financeiro	(13,1)	(25,2)	-48,0%

O Resultado Financeiro do 3T17 está 48,0% superior ao 3T16, em virtude das operações com derivativos.

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	3ºT17	3ºT16	Var.%
Total de acidentes	791	745	6,2%
Total de vítimas	594	568	4,6%

O resultado do 3T17 apresentou aumento de 6,2% na quantidade de acidentes. Apesar do aumento de 4,6% no número de vítimas, houve uma redução no nível de gravidade, onde foi constatado redução de 35,7% no número de vítimas fatais. Isso se deve ao trabalho da CCR ViaOeste no aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, intensificação de campanhas educativas e ações de engenharia.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

Caminhos para a Cidadania: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente, realizado em parceria com as secretarias municipais de educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

Estrada para Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Karatequina: O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Projeto Sacolona – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com uma Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

Rugby Cidadania - Apoio ao projeto de Rugby desenvolvido pelo Corinthians-Barueri Rugby em parceria com o Grêmio Recreativo de Barueri (GRB), órgão ligado à Secretaria de Esportes

Comentário do Desempenho

municipal. São desenvolvidas atividades com jovens segmentados em times masculinos e femininos, nas categorias M12, M14, M16 e M18.

Lacre Solidário - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais e secretarias de educação.

Teatro a Bordo – O Teatro a Bordo é o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações gratuitas de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco que viaja por todo o país. As apresentações são realizadas em praças e espaços públicos, com acesso gratuito e irrestrito da população, abrindo suas cortinas também para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local.

A culpa é de quem? - É um espetáculo teatral infanto-juvenil que propõe o diálogo entre o mundo real e o virtual equilibrando o uso da tecnologia com as relações interpessoais sem prejuízos para nenhum deles. Realizado nos 17 municípios limieiros do Sistema Castello-Raposo

Pintura Solidária - São realizadas oficinas de pintura gratuitas em equipamentos públicos municipais, de acordo com a indicação do Fundo Social Municipal. O objetivo da ação é incentivar e ampliar o acesso à cultura. São Roque e Alumínio.

No compasso das Cores - Apresentação de música instrumental e oficinas de pintura em praças públicas, tendo como objetivo, a inclusão cultural e ampliação de acesso à cultura. Cotia

Música e Cidadania - O Projeto Música e Cidadania disponibiliza aulas de diversos instrumentos musicais que compõem uma Banda Sinfônica. O projeto é direcionado à comunidade carente e visa atender 250 crianças e adolescentes e tem como objetivo promover a cidadania dos alunos.

Buzum - Teatro de bonecos adaptado em um ônibus, leva espetáculos infantis e jovens para 17 municípios do sistema Castello-Raposo. O espetáculo “Mamulengo” explora o universo da cultura popular de Pernambuco! Joana, uma esperta garota que adora o carnaval, parte rumo a uma aventura para salvar seu amigo João, que caiu num poço. Com a ajuda de um falante papagaio, Joana passa por blocos de Caboclinho, Maracatu, Bumba meu boi e frevo. O espetáculo é uma divertida e emocionante descoberta da cultura popular brasileira!

Ler é uma Viagem - A Sessão de Leitura Pública com Música ao Vivo é uma performance e uma oficina ao mesmo tempo. Começando, já do lado de fora da sala de apresentação, o público é convidado a interagir com os personagens Dom Quixote e Sancho Pança num jogo de cartas. Explorando técnicas do jogo teatral, processos de mediação de leitura e escrita criativa, está oficina-performance para educadores e gestores da rede pública de ensino tem o intuito de inspirar práticas leitoras em escolas, bibliotecas e outros espaços culturais.

Phototruck - O Circuito PhotoTruck é um projeto itinerante que, por meio de um caminhão transformado em Unidade de Educação e Cultura, leva exposições e workshops de fotografia para públicos diversos, com objetivo de realizar atividades culturais promovendo conscientização, desenvolvimento social e artístico.

O projeto é uma viagem para o mundo da fotografia que envolve teoria, prática e exposição do que foi produzido durante a oficina.

Rugby Escolar: O projeto - realizado pela Confederação Brasileira de Rugby (CBRu), em parceria com a Secretaria de Educação da cidade - tem o objetivo de, a partir da capacitação dos professores de educação física da rede municipal e do oferecimento de kit de ensino (bola, cintos de tags utilizados nas atividades de iniciação ao esporte, por exemplo), inserir a modalidade nas escolas do município.

Comentário do Desempenho

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2017

Os saldos apresentados em Reais neste ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Outras informações relevantes

Durante o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, ocorreram as seguintes alterações nos processos abaixo:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre os contratos das ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da ViaOeste, em 12 de setembro de 2017,

Notas Explicativas

concordando com o laudo pericial, o processo foi remetido para a conclusão do juiz.

(ii) Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a ViaOeste propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpôs recursos especial e extraordinário, em 19 de dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos. Dessa decisão, em 28 de junho de 2017, a ViaOeste interpôs agravos em recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 25 de outubro de 2017, foi autorizada pela Administração da companhia a conclusão destas ITRs.

3. Principais práticas contábeis

No período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Determinação dos valores justos

No período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

No período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 80.409 (R\$ 300.863 em 31 de dezembro de 2016), substancialmente composto por debêntures e empréstimos,

Notas Explicativas

conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	3.805	3.721
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>150.755</u>	<u>115.172</u>
	<u>154.560</u>	<u>118.893</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,96% do CDI, equivalente a 10,91% ao ano (13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	58.958	56.369
Receitas acessórias (b)	<u>629</u>	<u>584</u>
	59.587	56.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(32)</u>	<u>(46)</u>
	<u>59.555</u>	<u>56.907</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a vencer	59.515	56.890
Créditos vencidos até 60 dias	16	17
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	24	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	5	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>27</u>	<u>46</u>
	<u>59.587</u>	<u>56.953</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado) (*)	01/01/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	144.731	378.190	113.250	310.850
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(49.209)	(128.585)	(38.505)	(105.689)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(170)	(711)	(88)	(434)
Incentivo relativo ao imposto de renda	314	1.665	197	1.118
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(52)	(274)	(40)	(183)
Outros ajustes tributários	5	(41)	(3)	10
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(49.112)	(127.946)	(38.439)	(105.178)
Impostos correntes	(50.511)	(124.657)	(20.848)	(111.707)
Impostos diferidos	1.399	(3.289)	(17.591)	6.529
	(49.112)	(127.946)	(38.439)	(105.178)
Alíquota efetiva de impostos	33,93%	33,83%	33,94%	33,84%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/09/2017	31/12/2016 (Reapresentado) (*)
Bases ativas		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	724	1.001
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.730	2.410
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	44
Perdas em operações com derivativos	10.545	11.737
Constituição da provisão de manutenção	18.028	21.570
Outros	72	203
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	48.517	50.561
	80.627	87.526
Bases passivas		
Variação Cambial	(19.653)	(17.675)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(101.930)	(107.518)
	(121.583)	(125.193)
Passivo diferido líquido	(40.956)	(37.667)

(*) Reapresentação dos saldos de 2016 para melhor apresentação.

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição).

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante	3.297	3.297				
Não Circulante	14.012	16.485	189.272	168.013	203.284	184.498

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações					
	01/07/2017 a 30/09/2017			01/01/2017 a 30/09/2017		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A.	-	3.104 (a)	961 (b)	-	9.312 (a)	1.656 (b)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	5.358 (e)	-	-	18.659 (e)	-
Rodoanel Oeste	-	-	-	-	-	1.665 (b)
Samm	714 (c)	-	-	2.187 (c)	-	-
Total, 30 de setembro de 2017	714	8.462	961	2.187	27.971	3.321
Total, 01 de julho de 2016 a 30 de setembro 2016	684	7.627	1.480			
Total, 01 de janeiro de 2016 a 30 de setembro 2016				2.043	21.300	4.280

Notas Explicativas

	Saldos			
	30/09/2017			
	Ativo	Passivo		
	Contas a receber	AFAC	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR S.A.	-	-	41.469 (b)	971 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	23 (d)	-	-	2.142 (e)
Rodoanel Oeste	8 (d)	-	-	15 (d)
Samm	2.983 (c)	-	-	16 (d)
SPVias	20 (d)	-	-	5 (d)
BH Airport	6 (d)	-	-	3 (d)
Serveng Cívilsan	-	-	-	1
Total circulante, 30 de setembro de 2017	1.480	-	1.656	3.153
Total não circulante, 30 de setembro de 2017	1.560	-	39.813	-
Total, 30 de setembro de 2017	3.040	-	41.469	3.153
Total, 31 de dezembro de 2016	2.878	1.724	40.548	2.847

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Remuneração (f):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	566	1.539	428	1.279
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	208	623	162	485
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	471	-	248
Previdência privada	36	90	24	68
Seguro de vida	1	3	1	3
	811	2.726	615	2.083

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	30/09/2017	31/12/2016
Remuneração dos administradores (f)	803	821

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o Rodoanel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% ao ano.

Notas Explicativas

- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; e
- (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2016		30/09/2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.106	-	(23)	125	4.208
Máquinas e equipamentos	36.041	-	(306)	1.004	36.739
Veículos	9.923	-	(312)	2.262	11.873
Instalações e edificações	5.122	-	-	-	5.122
Equipamentos operacionais	79.296	-	(264)	2.856	81.888
Imobilizado em andamento	9.036	4.516	(1.532)	(6.770)	5.250
	<u>143.524</u>	<u>4.516</u>	<u>(2.437)</u>	<u>(523)</u>	<u>145.080</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 312 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 157 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,40% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,65% a.m. no período de nove meses de 2016

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		30/09/2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.721)	(256)	21	(2.956)
Máquinas e equipamentos	11	(22.066)	(2.405)	277	(24.194)
Veículos	25	(6.202)	(1.746)	282	(7.666)
Instalações e edificações	6	(335)	(17)	-	(352)
Equipamentos operacionais	13	(56.279)	(5.951)	225	(62.005)
		<u>(87.603)</u>	<u>(10.375)</u>	<u>805</u>	<u>(97.173)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Notas Explicativas

12. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2016	30/09/2017		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.469.206	54.917	-	1.524.123
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.728	47	523	13.298
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio (b)	251.709	-	-	251.709
	1.735.200	54.964	523	1.790.687

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.194 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 6.750 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,40% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,65% a.m. no período de nove meses de 2016.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2016	30/09/2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(625.562)	(81.577)	(707.139)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.941)	(894)	(10.835)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.350)	(3)	(1.353)
Direito da concessão - ágio (b)	(*)	(134.170)	(12.596)	(146.766)
		(771.023)	(95.070)	(866.093)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Direito da concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Em moeda nacional</u>				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	-	68 (b)
			-	68
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	Outubro de 2017	96.556	100.005 (c)
Banco de Tóquio -Mitsubishi Ufj (a)	LIBOR+2,10% a.a.	Janeiro de 2019	149.263	152.825 (d)
Subtotal em moeda estrangeira			245.819	252.830
Total geral			245.819	252.898
Circulante			101.801	104.806
Não circulante			144.018	148.092

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) Não existem garantias.
(d) Aval / Fiança Corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2017</u>
2018	1.400
2019	142.618
	144.018

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não houveram contratações de novas operações e renegociações das operações existentes.

Para maiores detalhes sobre empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar	Vencimento final	30/09/2017	31/12/2016
1. 4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	-	-	Maio de 2017	-	89.359 (d)
2. 5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	-	Setembro de 2017	-	87.446 (d)
5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	588	Setembro de 2019	189.887	180.003 (d)
6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6244% (b)	3.631	3.099	Novembro de 2021	286.725	268.195 (d)
Total geral				3.687		476.612	625.003
Circulante							
Debêntures						24.071	187.849
Custo de transação						(959)	(1.020)
						23.112	186.829
Não Circulante							
Debêntures						456.228	441.543
Custo de transação						(2.728)	(3.369)
						453.500	438.174

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram considerados para fins de cálculo de TIR as taxas contratuais variáveis.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2017
2019	180.581
2021	275.647
	456.228

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

1. No dia 29 de maio de 2017, ocorreu a quitação das debêntures da 4ª emissão.
2. No dia 15 de setembro de 2017, ocorreu a quitação da 5ª emissão das debêntures.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2016		30/09/2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	2.289	452	(32)	280	(34)	2.955
Trabalhistas e previdenciários	4.801	1.540	(551)	245	(960)	5.075
	<u>7.090</u>	<u>1.992</u>	<u>(583)</u>	<u>525</u>	<u>(994)</u>	<u>8.030</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 308 e R\$ 531, respectivamente (R\$ 754 e R\$ 300 respectivamente, no período de nove meses de 2016).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2017	31/12/2016
Cíveis e administrativos	742	14.420
Trabalhistas	<u>2.727</u>	<u>2.106</u>
	<u>3.469</u>	<u>16.526</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 2.502 (R\$ 2.410 em 31 de dezembro de 2016).

16. Provisão de manutenção

	31/12/2016	30/09/2017			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo Final
Circulante	56.212	20.670	3.449	(27.303)	53.028
Não circulante	7.230	(7.169)	(61)	-	-
	<u>63.442</u>	<u>13.501</u>	<u>3.388</u>	<u>(27.303)</u>	<u>53.028</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
Numerador				
Lucro líquido do período	95.619	250.244	74.811	205.672
De nominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00652	0,01705	0,00510	0,01402
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00717	0,01876	0,00561	0,01542

b. Dividendos

Em 26 de abril de 2017, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 65.900 correspondentes a R\$ 4,49059762597835 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 4,93965738857618 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros do exercício de 2016, pagos em 27 de abril de 2017.

18. Receitas

	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
Receitas de pedágio	273.003	779.016	255.127	725.034
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	7.339	47.047	8.588	36.244
Receitas acessórias	3.807	11.560	3.633	10.614
Receita bruta	<u>284.149</u>	<u>837.623</u>	<u>267.348</u>	<u>771.892</u>
Impostos sobre receitas	(22.521)	(63.614)	(22.295)	(63.279)
Deduções das receitas brutas	<u>(22.521)</u>	<u>(63.614)</u>	<u>(22.295)</u>	<u>(63.279)</u>
Receita líquida	<u>261.628</u>	<u>774.009</u>	<u>245.053</u>	<u>708.613</u>

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.083)	(35.432)	(15.896)	(54.210)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(806)	(3.388)	(1.536)	(4.164)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.249	5.506	2.480	6.907
Perda com operações de derivativos	(16.893)	(38.301)	(13.735)	(96.802)
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (<i>fair value option</i>)	(5.458)	(10.585)	(6.045)	(26.667)
Varição monetária sobre debêntures	(2.894)	(10.893)	(2.035)	(10.272)
Varição cambial sobre empréstimos	(3.152)	(20.361)	(1.396)	(17.833)
Juros e variações monetária sobre mútuos	(962)	(3.321)	(1.480)	(4.280)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(475)	(1.499)	(514)	(1.704)
	<u>(39.474)</u>	<u>(118.274)</u>	<u>(40.157)</u>	<u>(209.025)</u>
Receitas financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	11.394	26.183	4.684	72.338
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.223	2.223	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.137	6.785	1.413	7.339
Ganho com operações de derivativos	8.420	22.272	7.447	22.026
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (<i>fair value option</i>)	1.044	3.252	-	16.526
Juros e outras receitas financeiras	1.201	4.339	1.396	2.610
	<u>26.419</u>	<u>65.054</u>	<u>14.940</u>	<u>120.839</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(13.055)</u>	<u>(53.220)</u>	<u>(25.217)</u>	<u>(88.186)</u>

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Todas as operações com instrumentos financeiros da companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2017			31/12/2016		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	150.755	-	-	115.172	-	-
Contas a receber	-	59.555	-	-	56.907	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.040	-	-	2.878	-
Contas a receber com operações de derivativos	40.027	-	-	32.658	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações de derivativos	(62.693)	-	-	(69.557)	-	-
Debêntures (a)	(189.887)	-	(286.725)	(180.003)	-	(445.000)
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	(68)
Empréstimos em moeda estrangeira	(245.819)	-	-	(252.830)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(26.469)	-	-	(23.127)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.153)	-	-	(2.847)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(41.469)	-	-	(40.548)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	-	-	(1.724)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.349)	-	-	(1.329)
	<u>(307.617)</u>	<u>62.595</u>	<u>(359.165)</u>	<u>(354.560)</u>	<u>59.785</u>	<u>(514.643)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

- **Aplicações financeiras:** São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar:** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado:** A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 243.515 (R\$ 249.150 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,50% a.a.	109,95% do CDI	96.466
Libor de 3 meses + 2,10% a.a.	117,50% do CDI	147.049
		<u>243.515</u>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/09/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>
Debêntures	289.824	311.192	448.596	452.895

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia

Notas Explicativas

entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 182.696 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 181.726 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
5a Emissão - Série 2 IPCA + 5,67% a.a	99,9% até 100% do CDI	182.696

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	150.755	115.172
Derivativos	(22.666)	(36.899)
Empréstimos em moeda estrangeira	(245.819)	(252.830)
Debêntures	(189.887)	(180.003)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito Acumulado		Resultado	
				Moeda Estrangeira	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Recebíveis/(Pagos)	Moeda Local	Valores a receber/(recebidos)	Valores a pagar/(pagos)		
Posição ativa				30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016
Posição passiva													
BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	100% do CDI	-	75.000	95.239	(75.234)	(3.584)	(5.347)	20.047	16.308	(42)	(3.790)
Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	99,98% do CDI	-	75.000	95.161	(75.223)	(3.584)	(5.345)	19.980	16.350	(42)	(3.780)
Merrill Lynch	26/10/2015	26/10/2017 (3)	USD + Libor 3meses + 2,50% a.a.	30.000	95.040	96.721	(118.535)	(8.086)	(9.896)	-	-	(21.814)	(19.853)
Bank of Tokyo	07/01/2016	07/01/2019 (3)	117,50% do CDI	45.771	145.003	150.410	(196.613)	(15.008)	(11.933)	-	-	(40.795)	(42.134)
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO						(22.666)	(36.899)	(30.262)	(32.521)	40.027	32.658	(62.693)	(69.557)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.
- (3) Os contratos possuem vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Riscos cambiais	7.687	7.955
Riscos de juros	<u>(23.716)</u>	<u>(82.731)</u>
	<u>(16.029)</u>	<u>(74.776)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Risco	Efeito em R\$ no resultado			
			Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Outubro de 2017	Aumento da cotação do USD	96.456	-	(24.114)	(48.228)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(96.572)	-	24.143	48.286
4131 em USD	Janeiro de 2019	Aumento da cotação do USD	147.036	-	(36.759)	(73.518)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2019	Diminuição da cotação do USD	(147.201)	-	36.800	73.601
Total do efeito de perda				-	<u>70</u>	<u>141</u>
Moedas em 30/09/2017:						
Dólar				3,1680	3,9600	4,7520

(1) Nos valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	182.696	(15.262)	(16.488)	(17.714)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	289.824	(26.084)	(28.041)	(29.997)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(182.622)	15.256	16.482	17.707
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	150.466	(12.090)	(15.111)	(18.131)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	96.456	(276)	(300)	(324)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	118.471	(730)	(905)	(1.077)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	(96.572)	294	322	350
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	147.036	(5.098)	(5.590)	(6.082)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Janeiro de 2019	188.472	(17.925)	(22.441)	(26.971)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	(147.201)	5.386	5.948	6.511
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (5)		150.744	12.164	15.204	18.244
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(44.365)</u>	<u>(50.920)</u>	<u>(57.484)</u>
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(56.529)	(66.124)	(75.728)
Efeito sobre as aplicações financeiras				<u>12.164</u>	<u>15.204</u>	<u>18.244</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(44.365)</u>	<u>(50.920)</u>	<u>(57.484)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾						
CDI ⁽²⁾				8,14%	10,18%	12,21%
IPC-A ⁽³⁾				2,54%	3,18%	3,81%
LIBOR 3 meses ⁽⁴⁾				1,33%	1,67%	2,00%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/09/2017, divulgada pela B3/Cetip;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se às taxas Libor de 3 meses, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE), em 29/09/2017.
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 29/09/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente Outorga Fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Outorga fixa	29.435	81.143	29.079	78.716

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível

Notas Explicativas

com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2017, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2017	17.661	17.518
2018	11.774	11.561
Total	<u>29.435</u>	<u>29.079</u>

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 52.436, referente a outorga fixa, sendo R\$ 24.633 em caixa e R\$ 27.803 através de encontro de contas financeiras (R\$ 48.693 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, sendo R\$ 23.620 em caixa e R\$ 25.073 através de encontro de contas financeiras).

b. Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.852 referente ao direito de outorga variável (R\$ 11.079 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016).

c. Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compromisso de investimento	348.518	429.718

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração do fluxo de caixa

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor apresenta os fluxos de obtenção de recursos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 03 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 01 de novembro de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 ("ITR 3º Tri").

Barueri/SP, 25 de outubro de 2017.

SR. PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 ("ITR 3º Tri").

Barueri/SP, 25 de outubro de 2017.

SR. PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR